

Boletim

EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

CR/RR

SETEMBRO/2015





AGENDA

APEOESP

OUTUBRO

- 01 Reunião Extraordinária de RRs
- 13 a 16 12º CONCURTO
- 15 Dia do Professor
- 19 Audiência Pública da Comissão de Educação da ALESP sobre PEE – Campinas (local e horário a definir)
- 22 Audiência Pública da Comissão de Educação da ALESP sobre PEE
 - Sorocaba, Câmara Municipal - 09h30
 - Araraquara - 18/19h (Local a definir)
- 23 Reunião Ord. do CER Audiência Pública da Comissão de Educação da ALESP sobre PEE – S.José do Rio Preto, 14h, Câmara Municipal
- 26 Audiência Pública da Comissão de Educação da ALESP sobre PEE – Santos (local e horário a definir)
- 27 Audiência Pública da Comissão de Educação da ALESP sobre PEE – Auditório Paulo Kobayashi (horário a definir)
- 29 Assembleia Estadual / Grito pela Educação Pública de Qualidade do Estado de São Paulo

NOVEMBRO

- 13 Reunião Ordinária de RRs
- 20 Dia da Consciência Negra

CUT

OUTUBRO

- 03 Dia Nacional de Mobilização
- 13 a 16 12º CONCURTO

NOVEMBRO

- 18 Marcha das Mulheres Negras – Brasília
- 20 Dia da Consciência Negra

CNTE

OUTUBRO

- 05 Reunião do Coletivo LGBT
- 06 e 07 Encontro Latino Americano Diversidade/LGBT
- 07 7ª Marcha Nacional da Educação
- 08 6º Seminário Est. de Educação e Diversidade Sexual
- 28 Reunião da Direção Executiva

NOVEMBRO

- 18 Marcha das Mulheres Negras – Brasília
- 20 Dia da Consciência Negra

I. Conjuntura

O segundo semestre aprofunda o tensionamento da pauta política no país. Há um claro aprofundamento da pauta conservadora, pela qual a elite econômica busca impor medidas de ajuste fiscal, cortando gastos sociais, retirada de direitos sociais e conquistas obtidas com muita mobilização nos últimos anos. A onda conservadora também avança no que se refere aos direitos e liberdades individuais e coletivos e na crescente tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

Estas medidas de ajuste fiscal e de cunho conservador se espalham por todo o país, nos estados e municípios, a partir do Congresso Nacional, cuja figura principal é o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Claro avanço conservador

Os setores conservadores buscam a perpetuação do sistema político brasileiro, reagindo a qualquer tentativa de mudança neste modelo. Um exemplo é o embate em torno do financiamento empresarial das campanhas eleitorais. Eduardo Cunha e seus aliados sofreram uma dupla derrota; ao mesmo tempo em que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidia pelo fim desta forma de financiamento já a partir

de 2016, também a Presidenta da República, Dilma Rousseff, vetava o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados. Agora, o Presidente da Câmara fala abertamente que tentará derrubar o veto presidencial, enquanto o Presidente do STF afirma que essa postura é inócua, pois a decisão daquela corte prevalecerá.

A Câmara dos Deputados também aprovou o chamado Estatuto da Família, pelo qual os setores mais conservadores tentam impor um modelo único de família a ser reconhecido pelo Estado brasileiro. Este projeto de lei poderá ainda sofrer emendas e ir diretamente para apreciação do Senado Federal. Haverá requerimento do PT para que seja votado no plenário da Câmara. Se for diretamente ao Senado, poderá voltar à Câmara caso sofra modificações. Esta medida, caso aprovada e sancionada representará um enorme retrocesso frente a própria realidade do país, pois reconhece como família apenas aquela formada pela união de um homem e uma mulher.

Crise política e crise econômica

Como dissemos na última edição do boletim CE/RE, esses setores, liderados pelo PSDB, também trabalham intensa-

mente pelo aprofundamento da crise, brandindo a bandeira do impeachment da Presidenta da República. Assim, criam um ambiente político que favorece também o aprofundamento da crise econômica, como se a mesma tivesse raízes exclusivamente nacionais. Na realidade, como em momentos anteriores, esta crise é o reflexo, no Brasil, de uma grave crise econômica internacional que vem afetando diversos países desde 2008, causando desemprego, falências e recessão em todo o mundo.

Em defesa da democracia e dos direitos, contra o ajuste fiscal

Como reação ao avanço da pauta conservadora, entidades sindicais e populares aumentaram sua mobilização. No dia 20 de agosto, por exemplo, milhares de pessoas saíram às ruas em todo o Brasil em defesa da democracia, contra o ajuste fiscal, em defesa da democracia e dos direitos conquistados. A APEO-ESP tem participado ativamente dessas mobilizações

No dia 04 de setembro um conjunto de organizações e movimentos sociais de todo Brasil esteve reunido em Belo Horizonte – MG, onde foi lançada a Frente

Brasil Popular, dentro do mesmo propósito de defesa de Democracia, dos direitos dos trabalhadores e contra o ajuste fiscal.

Somos contra a fusão e extinção de Ministérios e Secretarias da área social. Não podemos aceitar que o Ministério da Previdência seja absorvido pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Não aceitamos também que Secretarias fundamentais para o desenvolvimento social do Brasil, como a de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos deixem de existir.

Como o Governo Federal pode pretender melhorar o país abrindo mão desses órgãos estratégicos? Nem mesmo o argumento da economia de recursos se sustenta, pois são áreas enxutas em termos de pessoal e estrutura. Mais benéfico para o país, em momento de crise, seria os deputados e senadores abrirem mão de seus dispendiosos gastos, assim como o judiciário em todo o Brasil.

No estado de São Paulo, os movimentos sociais tem se organizado, realizando mobilizações. Um grande ato, com caminhada, está marcado para o dia 03 de outubro, na Avenida Paulista,

901, em defesa da democracia, da Petrobras e contra a política de ajuste fiscal. Haverá atos simultâneos nas seguintes cidades-pólo:

- Ribeirão Preto
- Presidente Prudente
- São José do Rio Preto
- Bauru
- Araçatuba
- Sorocaba
- Itapeva
- Campinas
- Marília

As subsedes devem organizar caravanas para assegurar uma expressiva participação da APEO-ESP em mais este momento de luta, pois está em jogo também a defesa da ampliação do financiamento da educação. Para maiores detalhes, procurar as subsedes da CUT de sua região ou de outras entidades participantes.

Defender a Petrobrás é defender a educação – contra o PLS 131 de Serra

Outra frente de luta que tem mobilizado diretamente o nosso

sindicato é a defesa da Petrobrás, que está diretamente ligada à luta por mais investimento na educação, tendo em vista a destinação de 75% dos royalties do petróleo e 50% do fundo social do pré-sal para o setor.

Como já explicitamos no boletim anterior, a Petrobras é alvo de múltiplos ataques. Parte deles está vinculado à operação lava-jato, na qual setores que pretendem privatizar a empresa se apoiam sob discurso do combate à corrupção. Somos totalmente favoráveis à investigação, julgamento e punição de todos os culpados, mas não podemos concordar que isto sirva de combustível a uma crise política que está paralisando o país.

Há, também, projetos de lei que pretendem modificar o regime de partilha na exploração do pré-sal, retirando vultosos recursos da educação. Por isso, realizamos no dia 15 de setembro uma webconferência para esclarecer a categoria sobre essa questão e estamos participando da campanha nacional contra a aprovação desses projetos, em especial o PLS131, do Senador José Serra.

II. Em São Paulo

Contrariando todo o discurso feito no decorrer da greve do primeiro semestre, de que o

reajuste dos professores seria anunciado em primeiro de julho, em razão da data base dos pro-

fessores, o governador Geraldo Alckmin anuncia reajuste zero para 2015, corte de gastos so-

ciais e aprofunda os ataques à escola pública.

Atropelando o processo de construção do Plano Estadual de Educação (PEE) por mais de setenta entidades no Fórum Estadual de Educação de São Paulo (FEESP), envia na calada da noite um projeto de lei no qual busca limitar a possibilidade de aumento de investimento e avanços importantes na educação, amparando-se na Lei de Responsabilidade Fiscal, para esvaziar sobretudo a meta 17, cuja efetivação foi um dos pontos centrais da nossa greve e que inscrevemos também na proposta de PEE do FEESP.

A meta 17, no Plano Nacional de Educação (PNE), determina “Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE.”

A proposta do FEESP na meta 17 está de acordo com o texto do PNE. A proposta do Governo Estadual, porém, tem a seguinte redação:

“Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, observada a lei complementar federal nº 101, de 04 de maio de 2000, até o final do

6º (sexto) ano de vigência do PEE.”

Como se vê, a proposta do Governo Alckmin está em flagrante confronto com o Plano Nacional de Educação, que não condiciona a valorização dos profissionais da educação ou qualquer outra meta ou estratégia à Lei de Responsabilidade Fiscal, nem a contingências orçamentárias.

O Governo Estadual também desrespeita o PNE quando cria as metas 21, 22 e 23, ao mesmo tempo em que esvazia a meta 20 do PEE, retirando todas as estratégias para uma necessária reforma tributária estadual, que aumente a base do financiamento da educação, remetendo o assunto para uma reforma tributária federal.

O movimento de professores, estudantes e outros setores conseguiu impedir que o Governo votasse seu projeto na ALESP. Conseguimos também a realização de cinco audiências públicas no interior e uma na capital, da qual participará o Secretário da Educação. Haverá as seguintes audiências públicas:

- 19/10 – Campinas (local e horário a definir)
- 22/10 – Sorocaba – 09h30 – Câmara Municipal
- 22/10 – Araraquara – 18 ou 19 horas – Local a definir.
- 23/10 - São José do Rio Preto – 14 horas – Câmara Municipal

- 26/10 – Santos (local e horário a definir)

- 27/10 - São Paulo – horário a definir - ALESP – Auditório Paulo Kobayashi.

Apesar de alguns setores considerarem que a discussão do PEE é “coisa da presidência”, a presença da categoria nas audiências públicas será efetiva. E cada uma delas contará, sim, com a presença da presidenta da APEOESP, que falará pela entidade.

Assim, as subsedes de cada uma dessas regiões devem mobilizar pais, estudantes, professores e todos os demais segmentos sociais para participarem dessas audiências, para defendermos as propostas do FEESP (Substitutivo nº 2), combinadas com propostas do Substitutivo nº 1 (Adusp e outras entidades), no que couber. Vamos também nesses momentos protestar contra a “reorganização” da rede estadual de ensino.

Na audiência do 27/10 em São Paulo, as subsedes devem comparecer massivamente, organizando caravanas.

a) Vamos ampliar a luta contra a bagunça que o governo Alckmin quer fazer na rede estadual de ensino, que aprofunda a desorganização feita pela ex-Secretária Rose Neubauer em 1995

Estamos em estado de greve contra mais um ataque do Go-

verno Estadual do PSDB contra a nossa categoria e a escola pública.

Não bastasse ter descumprido todos os compromissos que assumiu por escrito com a APEOESP no dia 13 de maio – sem que tivéssemos acreditado em tais promessas, prosseguindo nosso movimento por 92 dias, até 12 de junho – o Governador Geraldo Alckmin quer separar as escolas da rede pública estadual de acordo com as diferentes etapas de ensino. Assim, haveria:

- escolas exclusivamente com estudantes do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental;
- escolas exclusivamente com estudantes do sexto ao nono ano do ensino fundamental;
- escolas apenas com estudantes do ensino médio.

Estas medidas que o governo do Estado está designando como uma “reorganização escolar” na verdade constituem uma verdadeira bagunça na educação pública paulista.

Reestruturação física imposta a toque de caixa

A partir de um estudo encomendado pela Secretaria da Educação à Fundação SEADE, a secretaria está enviando às Diretorias de Ensino as medidas de transferência dos estudantes de acordo com sua proposta,

alocando-os para outras escolas a partir da definição prévia das unidades com novo perfil de alunos por etapa de ensino.

As Diretorias de Ensino tem um prazo de 10 dias para validar estas mudanças. Os pais serão comunicados em que escola seus filhos estudarão a partir do início do próximo ano (2016) no dia 14 de novembro (sábado). Todos os estudantes serão matriculados “automaticamente” nas novas escolas.

Como se vê, o tempo é muito curto para possamos nos mobilizar, esclarecendo pais, estudantes e a sociedade sobre o que realmente está ocorrendo, antes que todo esse projeto se transforme num fato consumado. Precisamos alertar para a verdadeira natureza das medidas que estão sendo adotadas e como elas afetam os professores, funcionários, demais profissionais da educação, os estudantes e suas famílias.

Escolas fechadas, fechamento e superlotação de classes

O Secretário da Educação informou que poderá transferir até 1 milhão de estudantes em todo estado de São Paulo e indicou que até um terço das escolas poderão ser fechadas, o que significaria cerca de 1.500 unidades escolares.

Se este Governo não tem competência para organizar um processo de atribuição de aulas que envolve 230 mil professores,

como podemos acreditar que seria capaz de desenvolver uma mudança tão abrangente, impactando 1 milhão de estudantes? Será, certamente, a maior bagunça se não conseguirmos impedir mais esse profundo ataque contra a escola pública estadual.

Importante salientar que o Governo do Estado afirma ter a rede estadual de ensino perdido mais de 1,8 milhão de estudantes em 14 anos. Ocorre que essa redução foi resultado das políticas educacionais do próprio Governo do PSDB, que nesses vinte anos foi responsável pela brutal queda na qualidade do ensino e, por meio de projetos impostos de cima para baixo, como as escolas de tempo integral, “empurrou” milhares de estudantes para fora da vida escolar.

Muitos fatores interferem nesta redução do número de alunos, mas certamente a deterioração das condições de ensino-aprendizagem contribuíram para este resultado.

Entretanto, em vez de tomar medidas para a melhoria do ensino, estabelecendo o número máximo de 25 estudantes por classe, em toda a educação básica, como reivindicamos, mantém as proporções atuais, preferindo fechar as unidades escolares.

A reestruturação é física, não pedagógica

Ao contrário do que disse o Secretário da Educação, não há

nenhuma justificativa pedagógica para toda essa confusão. Trata-se de uma reestruturação física, cujos propósitos visam a racionalização administrativa e financeira, de acordo com o receituário neoliberal do partido do Governo, que tem como concepção o Estado Mínimo.

Esta reorganização prepara uma pretensa municipalização total do ensino fundamental, conforme a meta 21 que o Governo introduziu em sua proposta de PEE sem qualquer debate com o FEESP. Entretanto, levantamento do Conselho Gestor do FUNDEB no estado de São Paulo, mostra uma inadimplência dos municípios que receberam professores estaduais do ciclo I do ensino fundamental no processo de municipalização, mas que não têm condições de ressarcir ao Estado o pagamento dos respectivos salários desses profissionais. Como podemos agora crer que este Governo seja capaz de implementar a municipalização do Ciclo II do ensino fundamental se não consegue resolver a inadimplência já existente?

Na realidade, o Governador do Estado pretende ser candidato à Presidência da República e quer se articular com os prefeitos por meio dessa política, fazendo cortesia com o chapéu alheio, não cobrando a dívida dos municípios e praticando todo tipo de desoneração que impacta nas verbas destinadas às áreas sociais. Quem paga o

pato pela política do senhor Governador? A educação, a saúde e a moradia..

Com a bagunça que está promovendo na rede, o Governo Estadual vai na contramão de todo um percurso da educação brasileira que foi fruto da nossa luta pelo direito à educação. Temos caminhado na perspectiva de articular o conhecimento entre as diversas etapas da educação básica.

O que o Governador Alckmin pretende representar, se deixarmos acontecer, um enorme retrocesso, aprofundando a ruptura que já vem ocorrendo no estado. Imaginem um professor que ministra aulas no segundo ciclo do ensino fundamental e no ensino médio na mesma unidade escolar. Este professor acompanha seus alunos nessa transição que é muito significativa no percurso escolar desses jovens. Com a divisão das escolas, isto já não poderá ocorrer, prejudicando, sem dúvida, a aprendizagem desses estudantes.

O que o Governo do PSDB está fazendo, é tratar de forma diferente os diferentes, sem buscar a equalização entre tais diferenças na perspectiva da igualdade. Sim, reconhecemos e valorizamos as diferenças, no sentido da diversidade que deve ser preservada e respeitada no ambiente escolar. O Governo, entretanto, age para manter essas diferenças, perpetuando desigualdades.

Não há justificativas pedagógicas para a afirmação do Secretário de que é positivo se manter crianças e jovens segmentados em unidades escolares diferentes. O discurso do Secretário baseia-se na falsa premissa de que as crianças devem conviver apenas com outras crianças da mesma faixa etária. Se assim fosse, seria traumático para o recém-nascido ter seu primeiro contato justamente com pessoas adultas e assim conviver por um longo período.

Na vida cotidiana as gerações mais novas mantém permanente contato com as gerações anteriores, com adultos e os mais novos dependem dos mais velhos e mais experientes para avançar no conhecimento. A tese do Secretário, portanto, que embasa toda a essa confusão que está provocando, não tem sustentação no processo de constituição do conhecimento. O primeiro som que recém-nascido ouve é de um adulto. Como o Secretário explicará essa contradição?

Esse inter-relacionamento é que desenvolve a afetividade, a sociabilidade das crianças. Um exemplo evidente é o da convivência entre irmãos de idades diferentes. Os pais teriam, então, que separá-los. Voltamos a afirmar: não há nenhuma base pedagógica para esse projeto do Governo; o objetivo é, pura e simplesmente, enxugar a máquina.

Fragmentação da educação básica: impactos da reorganização em 1995

Naquele momento, a reorganização promovida pelo Governo Estadual do PSDB provocou um verdadeiro caos. Milhares e milhares de estudantes foram transferidos para longe de suas casas, causando transtornos a muitos pais que antes tinham os filhos numa mesma escola e passaram a ter que se desdobrar para levar e buscar os filhos em escolas diferentes; houve aumento de casos de violência em muitas escolas, que passaram a receber muitos alunos de outros bairros distantes, promovendo-se o conflito entre grupos distintos; houve abandono dos estudos por parte de estudantes que não tiveram como se adaptar à mudança de seu local de estudo; houve maior prejuízo a estudantes que trabalhavam e já tinham toda sua vida organizada.

Milhares de professores perderam seus empregos. Em artigo publicado em 2002, a pesquisadora Aparecida Neri de Souza aponta os seguintes dados:

O número de professores desempregados foi expressivo, no início da implementação da Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, como

pode ser verificado através da Tabela abaixo¹.

Grito pela Educação Básica de Qualidade no Estado de São Paulo

Estamos vivenciando novamente os mesmos ataques ocorridos em 1995. O tempo demonstrou que as medidas que o PSDB vem tomando ao longo desses vinte anos não melhoram a educação. Não há intenções pedagógicas ou de compromisso com a qualidade do ensino nas medidas atuais. A intenção é tornar a rede “eficiente” (no sentido empresarial do termo), “enxugar” a rede física e quadro de pessoal, transferir responsabilidades para os municípios.

Não há em todo o projeto uma palavra sequer em relação à valorização dos professores, carreira, medidas concretas para a melhoria da aprendizagem dos estudantes, equipamentos e infraestrutura. Tudo fica para um futuro incerto. Só se fala em dividir, cortar, segmentar, transferir, reorganizar e racionalizar. Palavras diretamente importadas do mundo empresarial, sem afinidades com o processo educativo.

Neste cenário, como já vimos, não só os professores e demais profissionais da educação serão

prejudicados, mas toda sociedade. Por isso, é preciso organizar um amplo processo de debate com todos os segmentos sociais, envolvendo-os nesta luta, pois a melhoria da escola pública é uma necessidade de todos nós.

Este movimento toma corpo por meio do Grito pela Educação Básica de Qualidade no estado de São Paulo que está sendo organizado pela APOESP em conjunto com entidade como a AFUSE, Central de Movimentos Populares, CUT/SP, Federação Única dos Petroleiros, SINDIPETRO/SP, SINPEEM, MST, MTST – União dos Movimentos de Moradia/SP, UPES e outras. Isto demonstra para toda a sociedade e para o Governo que essa luta mobiliza setores muito mais amplos do que a nossa categoria.

A primeira ação do “Grito pela Educação” é justamente contra a bagunça que o Governo pretende fazer na rede, mas este movimento tem caráter permanente e desenvolverá ao longo do tempo um conjunto de outras ações pela melhoria da educação básica no nosso estado. Será produzida uma cartilha e uma nova carta aberta aos pais será distribuída em grande quantidade, assinada por todas as entidades.

Mobilização

Nós, professores, temos que estar na linha de frente deste

¹ SOUZA, Aparecida Neri de. A racionalidade econômica e a política educacional em São Paulo, Pro - Posições. Faculdade de Educação - Unicamp. Vol 13, nº 1 (37) - jan/abr. 2002.

movimento. Para tanto, devemos:

- Ocupar as mídias locais para denunciar a ação do governo e seus prejuízos para a escola estadual.
- Buscar apoio nas Câmaras de Vereadores contra o projeto do Governo.
- Pressionar as diretorias de ensino, realizando manifestações.
- No dia 1º de outubro, manifestar-se em frente às DEs, após as reuniões de representantes.
- Buscar apoio nas igrejas e templos de todas as religiões, entidades populares, clubes etc..
- Recolher massivamente assinaturas no abaixo-assinado que encaminhamos anexo.
- Utilizar carros de som nas proximidades das escolas, praças, avenidas, feiras e outros locais de grande concentração popular. Usar também nos bairros, sobretudo nos finais de semana.
- Realizar panfletagens com a carta aberta aos pais nas ruas, praças, avenidas, portas de fábricas, bancos, empresas, terminais, enfim, onde possamos levantar a nossa voz e conversar com toda a população.
- Realizar manifestações com pais, estudantes, funcionários e população em geral contra a reorganização da rede estadual.

- Criar Comitês em Defesa da Escola Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, envolvendo todos os setores, para que possamos barrar mais este pacote criado pelo governo Geraldo Alckmin e seu Secretário da Educação, Herman Voorwald.

- Realizar manifestações nesta quinta-feira, 1, nas DEs. Em anexo, modelo de ofício a ser protocolado e entregue aos dirigentes.

Dia do Professor

As subsedes devem definir nesta reunião de representantes a realização de atividades na região no Dia do Professor (15 de Outubro), sob o lema: "Estamos em Luto pela Educação. No Dia do Professor, nada temos a comemorar". Serão enviadas faixas com esses dizeres que devem ser afixadas nas fachadas das subsedes. O mesmo será feito na sede central.

Atos e manifestações

A mobilização que estamos realizando já conseguiu impedir a implantação da "reorganização" da rede estadual na cidade de Martinópolis, região de Presidente Prudente. As escolas já foram comunicadas que não haverá reorganização nas unidades escolares do Estado naquele Município.

Também em Rancharia, na

mesma região, há intensa mobilização da comunidade. Estudantes, pais, professores e população em geral participaram de sessão extraordinária da Câmara Municipal nesta segunda-feira, 28/09, que discutiu a reorganização. O próprio prefeito da cidade esteve presente e reuniu-se com a APEOESP, prestando seu apoio ao movimento.

Em Tupã, estava agendada para sábado, dia 3, uma grande manifestação. Em Marília, o ato estava marcado para quarta-feira, 30/09. Em Catanduva, houve manifestação na terça-feira, 29/09, e nova manifestação ocorreu no dia 1/10. Em todas as regiões do estado a comunidade está se mobilizando na medida em que toma conhecimento do desastre que o Governo está preparando. As subsedes devem manter a sede central informada sobre todas as atividades programadas, por meio do endereço: presiden@apeoesp.org.br.

O dia 29 de outubro é uma data fundamental neste processo. Com o apoio de pais, estudantes e outros segmentos, vamos realizar uma grande assembleia, às 15 horas, no vão livre do MASP, com paralisação. Feche sua escola e venha com seus alunos para a Avenida Paulista.

Às 17 horas, no mesmo local, será dado o primeiro Grito pela Educação Pública de Qualidade no Estado de São Paulo,

que será permanente a partir de então, para lutar contra os planos de desmonte da educação estadual do PSDB.

A luta pelas reivindicações continua

Não abrimos mão de nossa pauta de reivindicações. Continuamos na luta por reajuste salarial. Não desistimos da luta para quebrar a duzentena dos professores da categoria O. No mínimo, queremos que o Governo Estadual cumpra o que prometeu, alterando a forma de contratação desses professores, alongando o contrato para até três anos e dez meses. E que garanta assistência médica pelo IAMSPE, como foi prometido.

Jornada

A jornada do piso também é prioridade na nossa pauta de reivindicações. Além de pressionar constantemente o Governo Estadual para que a implemente, estamos lutando no Supremo Tribunal Federal para que determine o cumprimento da lei no estado de São Paulo.

Contra o fechamento e superlotação de classes

Continuamos lutando contra o fechamento de classes, que prejudica os estudantes, obrigados a frequentar salas superlotadas; o professor efetivo, que tem dificul-

dade para constituir sua jornada; o professor da categoria F, que fica “encostado” na escola; e o professor da categoria O, sem garantia de emprego.

Reunião com a Secretaria da Educação

A Diretoria da APEOESP reuniu-se com representantes da SEE no dia 22/09. O sindicato cobrou respostas para problemas que vem sendo apresentados pelos professores e professoras, obtendo os seguintes encaminhamentos:

a) Reposição de aulas

Frente a diversas situações apontadas pelo sindicato, demonstrando que os professores querem repor as aulas, mas tem sido impedidos ou dificultados por diretores, supervisores e dirigentes de ensino, ficou definido que a SEE asseguraria a todos os docentes que queiram repor as condições para isto. De fato, na sexta-feira, 25/09, após nossa assembleia, a SEE encaminhou comunicado às Diretorias de Ensino e escolas, com o seguinte teor:

“Prezado(a) Senhor(a) Dirigente Regional de Ensino,

Boa noite!

A Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos-CGRH, visando orientar as autoridades educacionais e professores sobre a GARANTIA do DIREITO do servidor em repor as aulas

referentes ao período de Greve (13/03 a 12-06-2015), faz as seguintes recomendações:

- a) Para fins de reposição, inclusive em caso de cursos semestrais caso ainda não tenham sido repostas, deverão ser utilizados o contraturno e os dias que a unidade escolar não tiver previsto atividades regulares, inclusive os sábados;*
- b) A reposição, também poderá ocorrer, nas substituições a qualquer título inclusive nas ausências docentes eventuais;*
- c) O plano de reposição individual poderá ser apresentado com o objetivo de recuperação de alunos. Podendo ser esta recuperação no contraturno, aos sábados ou nos dias em que a unidade escolar não tiver previsto atividades regulares.*
- d) Na impossibilidade de esgotar a reposição nos moldes até aqui tratado, poderá ser utilizado o plano individual de reposição com recuperação discente após o término do ano letivo.*
- e) O docente, que tenha se ausentado ao longo do período em questão, não está obrigado a efetuar a respectiva reposição. Desta forma deverá comunicar, formalmente o Diretor da respectiva unidade escolar, o desinteresse em repor as aulas (modelo anexo).*
- f) Somente haverá a retirada das faltas do prontuário*

funcional do servidor com a efetiva reposição, pois o pagamento do período de greve já foi efetuado.

Para auxiliá-los na concretização do planejamento da reposição, segue planilha contendo os dados de aulas não repostas, cabendo cada Diretoria fazer o filtro de suas Escolas.”

Esclarecemos aos professores e professoras que, de acordo com o que ficou estabelecido na reunião do dia 22/09, ainda que no final do ano letivo a pontuação do(a) professor(a) que repôs aulas não esteja regularizada, poderá solicitar correção desta pontuação em período que será aberto no mês de janeiro, de forma a ser prejudicado na atribuição de aulas.

b) Pagamento dos dias parados

O sindicato apresentou à SEE casos de professores que ainda não receberam o pagamento dos dias parados de março e abril.

Todos os professores em situação semelhante devem encaminhar cópia do holerite que mostra o desconto no período da greve para presiden@apeoesp.org.br.

c) Decreto 41466 – concursos

A SEE confirmou que está preparando recurso ao Governador com base no artigo 2º do Decreto para manter a posse dos professores PEB I já convocados. Também confirmou que

está procedendo levantamento das vagas existentes após o concurso de remoção para solicitar autorização para a convocação dos aprovados no concurso de PEB II.

A APEOESP alertou que se essas providências não forem realmente tomadas, poderá agravar-se a falta de professores que já existe. Lembrou ainda que a Fundação Paula Souza conseguiu manter a convocação de concursados com base no artigo 2º do Decreto.

d) Mudança na contratação de temporários é resultado da greve dos professores

A APEOESP questionou a Secretaria quanto ao não envio à ALESP dos projetos relativos aos professores da categoria O (nova forma de contratação e IAMSPE).

Na quarta-feira, 30/09, os meios de comunicação divulgaram que o Governador se reuniu na terça-feira, 29, com quatro entidades da educação, mais uma vez excluindo a APEOESP.

Segundo os jornais, anunciou projeto de lei que estabelece nova forma de contratação de professores temporários. Os contratos terão duração mínima de três anos, sendo prorrogados até o final do ano letivo em que se encerram. Assim podem durar até três anos e onze meses. O intervalo entre um contrato e outro, pelo projeto, continuará muito

longo, passando de 200 dias para 180 dias. Até o momento em fechávamos esta edição, o projeto ainda não tinha dado entrada na Assembleia Legislativa.

Embora ainda não seja a que desejamos, essa mudança foi uma conquista da nossa greve, pois seu teor foi informado por escrito pelo Secretário Estadual da Educação no dia 13 de maio, quando o nosso movimento estava muito forte e conseguimos arrancar uma das poucas reuniões de negociação que houve no período.

É lamentável que o Governador do maior estado da federação se comporte desta forma mesquinha, excluindo a maior e mais representativa entidade do magistério. Mas os professores e a sociedade sabem quem colocou essa questão na pauta de reivindicações, sabem quem mobilizou e quem lutou. Nós não entramos em bola dividida. O Governador Alckmin quer dividir para governar, mas não vai nos governar, porque não concordamos com suas políticas e vamos continuar nos opondo a medidas que prejudicam os professores e a escola pública.

Curiosamente, o Governador anuncia o atendimento deste ponto da nossa pauta. Por que não atendeu a reivindicação de reajuste salarial? O estabelecimento do número máximo de 25 estudantes por classe? Por que não atendeu as demais reivindicações? Simples: porque pretende demitir todos os professores

da categoria "O" (temporários) por meio dessa pretensa "reorganização" da rede estadual, que não passa de uma grande bagunça, fechando escolas e classes. Com isso, essa nova lei não terá viabilidade alguma e não haverá razões para ser implementada em grande escala.

Cadastro

O sindicato cobrou que seja permitida a inscrição dos professores que já cumpriram a duzentena, pois o sistema tem rejeitado esses casos. Ficou acertado então que será criado outro sistema para que esses professores possam se inscrever para a atribuição de aulas, até que se definam as novas regras que deverão advir da lei a ser aprovada na ALESP. Ainda não há resposta para esse ponto.

e) Fechamento de classes no noturno

Questionada pela APEOESP a SEE confirmou o envio de cartas aos pais de estudantes do ensino noturno, oferecendo matrícula no diurno, caso haja vagas disponíveis. Informou que a adesão é voluntária e que não há pressão sobre as famílias.

O Sindicato, porém, insistiu na questão da Educação de Jovens e Adultos e ensino médio no noturno, pois as diretorias de ensino vêm mantendo salas superlotadas, recusando matrículas e, inclusive, cancelando matrículas à revelia dos estudantes.

Houve acordo quanto à necessidade de que a SEE promova uma campanha para que as pessoas que não puderam estudar na idade própria inscrevam-se nas turmas de EJA. Será feita uma chamada pública.

Não devemos esperar pela SEE. Em todas as regiões as subsedes devem organizar chamadas públicas para matrículas no ensino noturno com a participação ativa dos professores.

Devem enviar aos pais, por intermédio dos estudantes, um bilhete conforme modelo anexo, para que matriculem seus filhos às escolas, inclusive aqueles que se evadiram, encaminhando a demanda assim organizada para as escolas e DEs, cobrando a abertura de classes noturnas.

f) Não haverá extinção de PA, PAA, Professor Mediador e medidas semelhantes

A APEOESP perguntou aos representantes da SEE sobre a veracidade de informações que circulam nas redes sociais sobre eventual extinção do Professor Auxiliar, Programa de Apoio à Aprendizagem, Professor Mediador, além de outras medidas no mesmo sentido.

A SEE negou fortemente a veracidade destas versões, confirmando apenas que, a partir de 2016, os professores da categoria F não poderão recusar aulas, devendo assumir um número mínimo de aulas correspondente à jornada inicial.

g) Ponto facultativo no Dia do Professor

A Secretaria confirmou que o Dia do Professor (15 de Outubro) terá ponto facultativo. Confirmou também que não haverá a atividade "Um dia na escola de meu filho" no dia 17 de outubro, sábado.

h) Aposentadorias

A APEOESP levou à SEE queixas de professores sobre demora em processos de aposentadorias. Os representantes da Secretaria disseram que não há mais acúmulos de processos nas DEs. Admitiram que há demora em processos mais complexos, sobretudo se envolvem documentação não digitalizada, que precisa ser localizada nos arquivos mortos nas unidades escolares.

Orientamos todos os professores que tenham seus processos de aposentadoria atrasados, com demora excessiva, a procurarem o departamento jurídico na subsede ou na sede central para as providências cabíveis.





SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CNE e CUT

ABAIXO-ASSINADO CONTRA A DESORGANIZAÇÃO DA REDE ESTADUAL DE ENSINO



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CNE e CUT

Nós, abaixo assinados, cidadãos e cidadãs paulistas, vimos nos manifestar contra a reestruturação das escolas da rede estadual de ensino, que pretende separar em prédios diferentes os anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Esta medida provocará desorganização da rede; fechamento de 30% das escolas; problemas às famílias, sobretudo aos pais que têm filhos em etapas de ensino diferentes, que passarão a frequentar diferentes escolas; obrigará muitos estudantes a frequentar escolas longe de suas casas; exporá crianças e jovens a perigos, atravessando rodovias e movimentadas avenidas; poderá levar muitos estudantes a abandonarem a escola; enfim, prejudicará ainda mais a qualidade do ensino.

Essas ações não se justificam! Parecem atender a necessidades administrativas e financeiras do Estado, facilitando a municipalização do ensino, e não aos direitos e necessidades dos estudantes e da sociedade.

Nome	RG	Assinatura
1. _____		
2. _____		
3. _____		
4. _____		
5. _____		
6. _____		
7. _____		
8. _____		
9. _____		
10. _____		
11. _____		
12. _____		
13. _____		
14. _____		
15. _____		
16. _____		
17. _____		
18. _____		
19. _____		
20. _____		
21. _____		
22. _____		
23. _____		
24. _____		
25. _____		
26. _____		

Modelo de lembrete aos pais para matrícula no ensino noturno:

“Senhores pais,

O Governo Estadual está fechando classes do ensino noturno.

São menos oportunidades de estudo para seu filho(a).

É importante que o Estado conheça a demanda, para que essas vagas não sejam fechadas.

Por favor, se você tem filho em idade escolar, que trabalhe, faça algum curso ou atividade durante o dia ou prefira estudar à noite, envie para o seguinte e-mail (colocar o e-mail da subsede ou outro para esta finalidade):

- Nome
- RG
- Idade
- Escola e ano/série em que pretende estudar
- Endereço
- Telefone para contato

Se você tem filho que abandonou os estudos, esta é um excelente oportunidade para que volte à escola.

Atenciosamente,

Ofício Especial

1º de outubro de 2015.

Senhor(a) Dirigente Regional de Ensino

A APEOESP, por meio de sua subsele na região, dirige-se a vossa senhoria a fim de expressar seu posicionamento quanto à reestruturação das escolas estaduais que vem sendo implementada pelo Governo do Estado.

No nosso entendimento, a separação em prédios diferentes entre escolas destinadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio provocará a desorganização da rede. Segundo estimativas iniciais, poderá ocorrer o fechamento de 30% das escolas e haverá problemas às famílias, sobretudo aos pais que tem filhos em etapas de ensino diferentes, que passarão a frequentar diferentes escolas.

Esta medida também obrigará muitos estudantes a frequentarem escolas longe de suas casas; exporá crianças e jovens a perigos, atravessando rodovias e movimentadas avenidas; poderá levar muitos estudantes a abandonarem a escola; enfim, prejudicará ainda mais a qualidade do ensino.

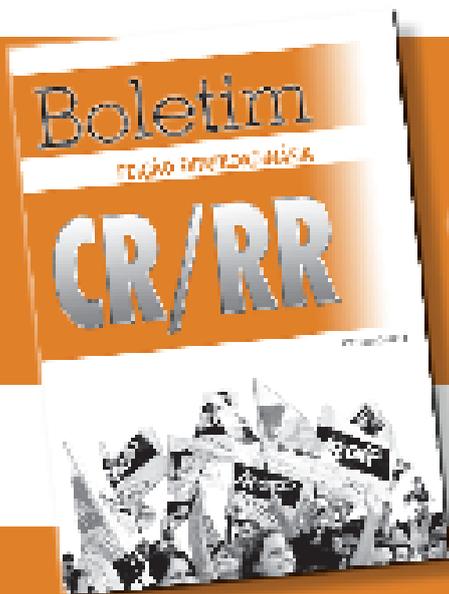
A reorganização pretendida pelo Governo parece atender a necessidades administrativas e financeiras do Estado, facilitando a municipalização do ensino. Ela não atende às necessidades e aos direitos dos estudantes, dos professores, dos funcionários das escolas e da sociedade.

Face ao exposto, vimos solicitar de vossa senhoria que estabeleça o diálogo com pais, estudantes, funcionários e professores, estes representados pela APEOESP e outras entidades, para que possamos evitar todas essas consequências.

Para nós, em vez de desorganizar a rede, o Governo deveria reduzir o número de estudantes por sala de aula, equipar melhor as unidades escolares, implantar a jornada do piso, melhorar os salários dos professores, estabelecer um plano de carreira que atenda de fato às necessidades do magistério e tomar uma série de outras providências em direção à melhoria da qualidade do ensino nas escolas estaduais. No aguardo de um profícuo diálogo em relação à situação da rede estadual de ensino na região.

Atenciosamente,


Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP



expediente

Dirigentes responsáveis
por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Fábio Santos Silva
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis
pela Secretaria de
Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Sílvio de Souza
Secretário de Comunicações
Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Sílvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito F. Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Zenaide Honório

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CEB**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2014/2017

DIRETORIA EXECUTIVA: *Presidenta:* Maria Izabel Azevedo Noronha; *Vice-Presidente:* Fábio Santos de Moraes; *Secretário Geral:* Leandro Alves Oliveira; *Secretário Geral Adjunto:* Fábio Santos Silva; *Secretário de Finanças:* Luiz Gonzaga José; *Secretária de Finanças Adjunta:* Maria Sufaneide Rodrigues; *Secretário de Administração:* Odimar Silva; *Secretária de Administração Adjunta:* Maria José Carvalho Cunha; *Secretária de Patrimônio:* Miguel Noel Meirelles; *Secretária de Patrimônio Adjunta:* Tereza Cristina Moreira da Silva; *Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:* Francisca Pereira da Rocha Seixas; *Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:* Richard Araujo; *Secretário de Comunicações:* Roberto Guido; *Secretário de Comunicações Adjunto:* Sílvio de Souza; *Secretário de Formação:* Ariovaldo de Camargo; *Secretário de Formação Adjunto:* Paulo José das Neves; *Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:* Francisco de Assis Ferreira; *Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:* Zenaide Honório; *Secretário de Política Sindical:* Moacyr Américo da Silva; *Secretária de Política Sindical Adjunta:* Ozani Martiniano de Souza; *Secretária de Políticas Sociais:* Rita de Cássia Cardoso; *Secretário de Políticas Sociais Adjunto:* Ezio Expedito Ferreira Lima; *Secretária para Assuntos de Aposentados:* Ana Lúcia Santos Cugler; *Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:* Fátima da Silva Fernandes; *Secretária para Assuntos da Mulher:* Sueli Fátima de Oliveira; *Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:* Eliana Nunes dos Santos; *Secretária para Assuntos Municipais:* Nilceia Fleury Victorino; *Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:* Mara Cristina de Almeida; *Secretária Geral de Organização:* Cilene Maria Obici; *Secretária de Organização para a Capital:* Silvana Soares de Assis; *Secretário de Organização para a Grande São Paulo:* Stenio Matheus de Moraes Lima; *Secretária de Organização para o Interior:* Jorge Leonardo Paz; *Secretária de Organização para o Interior:* Paula Cristina Oliveira Penha; *Secretário de Organização para o Interior:* Sergio Martins da Cunha; *Secretária de Organização para o Interior:* Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar De Assis Camelo; Aldo Xavier Monteiro; Alexandre Tardelli Genesi; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Ary Neves Da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza De Souza; Claudia Cristina Alves De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Decio Alves Da Silva; Diego Vilanova Rodrigues; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa; Eliane Aparecida Garcia; Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte; Fabiana Ribeiro da Silva; Fernanda Schlic Garcia; Flaudio Azevedo Lima; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Gabriela Benites Oliveira; Gerson Jose Jorio Rodrigues; Gilmar Ribeiro; Gláucia De Fatima Rodrigues; Idenilde De Almeida Conceicao; Janaina Rodrigues Prazeres; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto; Joel Fernando Cangane; José De Jesus Costa; José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Juan Francisco Amaral Ramos; Julio Cesar Brandão; Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteadado Neto; Luis Antonio Nunes Da Horta; Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio Cabral Barbio; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Mariana Coelho Rosa; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Paulo Eduardo Mahon Brito; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquemburgue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Lara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Rodrigo Pinto Chizolini; Ronaldi Torelli; Rosa Maria De Araujo Fiorentin; Sergio De Brito Garcia; Sergio Henrique De Oliveira Teixeira; Solange Aparecida Benedeti Penha; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva; Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zirmerber e Wilson Augusto Fiuzza Frazao.